

Isabella Batalha Muniz Barbosa

É arquiteta-urbanista e doutora em paisagem e ambiente

/// A inserção da Língua Pomerana nas escolas da rede estadual capixaba é o início de uma trajetória ascendente de consolidação da tradição

Língua e tradição

Recentemente, a Coluna do Victor Hugo trouxe uma boa notícia: duas escolas-fazenda da rede estadual dos municípios de Santa Maria de Jetibá e Afonso Cláudio serão as primeiras unidades contempladas com a Língua Pomerana em 2015. Esta conquista remete de imediato à luta da comunidade pomerana pela permanência da tradição em nosso território.

O povo pomerano iniciou sua trajetória no Brasil há aproximadamente 150 anos com a política de incentivo à imigração do governo federal. A princípio, localizaram-se em Santa Maria de Jetibá e, posteriormente, ocuparam as terras ao Norte, especialmente em Pancas.

O Brasil é o país que tem a maior diversidade linguística, considerando a existência de 35 línguas/dialetos, sendo que a língua pomerana está em segundo lugar no ranking. Entretanto, estima-se que 65% das línguas dos povos tradicionais deixaram de ser faladas, especialmente pelos jovens, correndo sério risco de extinguirem-se no Brasil.

Os pomeranos viveram no Brasil um longo processo de exclusão social, econômica e cultural sem acesso ao ensino superior e outras políticas de sustentação

da agricultura familiar. A língua pomerana foi proibida de ser falada nas escolas à época de Getúlio Vargas e na ditadura militar, considerada uma ameaça à segurança do país. Os pomeranos sofreram retaliações com essas medidas. Os pais deixaram de falar a língua nativa com os seus filhos no ambiente doméstico.

Vale lembrar a existência do Decreto estadual 3258-R/2013, que a exemplo do decreto federal, estabelece uma política voltada para povos e comunidades tradicionais, contemplando os povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos e povos de terreiro.

Particpei do Pommer/ES 2014 – Encontro do Povo Tradicional Pomerano, Cultura, Língua e Educação – na Ufes, cujo debate focou na falta de sistematização de informações sobre o tema, o que dificulta o estabelecimento de critérios para realização da política. Outro sério problema relatado foi a gradativa redução da língua, o que compromete a tradição.

A Carta Pomerana do ES elaborada pelos municípios encaminha propostas para criação de políticas públicas de inserção e valorização, tais como, a regulamentação da Lei (2007) de Cooficialização da Língua Pomerana, articulação nos espaços governamentais e criação de núcleo de estudos para difusão da cultura. Concluiu-se que houve pequenos avanços na legislação brasileira ao reconhecerem os povos e a língua, mas poucas foram as ações efetivas. A inserção da Língua Pomerana nas escolas estaduais é o início de uma trajetória ascendente de consolidação da tradição.